

Multinacionais boicotam paciente cardíaco

CORREIO BRAZILIENSE

O presidente da Federação Brasileira de Hospitais, Carlos Eduardo Ferreira, juntamente com demais entidade médico-hospitalares, enviou ontem telex ao ministro da Saúde, Alceni Guerra, denunciando que as empresas multinacionais retiraram dos hospitais conveniados com a Previdência Social toda a produção de órteses e próteses, utilizadas principalmente em cirurgias do coração (oxigenadores, válvulas cardíacas, marca-passos, etc), o que poderá levar muitos pacientes à morte.

Carlos Eduardo Ferreira relacionou a atitude das multinacionais produtoras de órteses e próteses à edição da portaria nº 10 da Secretaria Nacional de Assistência à Saúde, no último dia 29, reduzindo os preços desses produtos. Os hospitais recebem órteses e próteses utilizadas principalmente em procedimentos cirúrgicos cardíaco-vasculares diretamente dos produtores em consignação, e as entregam aos médicos em casos específicos.

Posteriormente, os hospitais apontam aos produtores a utilização do material e estes cobram diretamente do Ministério da Saúde, sem qualquer intermediação

por parte dos hospitais. Existem muitas órteses e próteses que o Ministério da Saúde, tirou dos hospitais privados e em convênio com a Previdência restringindo seu uso, exclusivamente aos hospitais universitários, mas uma vez que não existem hospitais escolas em todo o País, o paciente tem que se deslocar para os grandes centros para conseguí-las.

No telex, o presidente da FBH ressalva que "as empresas nacionais apesar de não agirem da mesma forma, não repondo as próteses utilizadas", Carlos Eduardo Ferreira afirma, em nome das entidades que subscreveram o documento a Alceni Guerra, que "graves são as consequências que advirão, de forma aguda, nas emergências, de qualquer natureza".

Defrontamo-nos com verdadeira calamidade pública. À vista do exposto, não caberá qualquer responsabilidade à rede hospitalar prestadora de serviços já que a questão está adstrita exclusivamente a desentendimento entre esse Ministério e os fornecedores de órteses e próteses. A situação exige definição imediata", conclui o telex de Carlos Eduardo Ferreira